



Domingos Barbosa

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Política, coerência e integridade

partidários à frente da defesa do bem comum corrompe a democracia, enfraquece a sociedade e empobrece o País.

Partilho o que diz o sociólogo António Barreto «Eu nunca fui contra a política nem sou contra os políticos. Sou contra os maus políticos. E nós estamos, actualmente, a ser governados por muitos maus políticos» e tão ou mais preocupante que ter maus políticos, é assistir à passividade da sociedade actual.

Só há maus políticos porque alguns, cada vez menos, lhe concedem o seu voto e porque outros, cada vez mais, se alheiam e abdicam de participar. É necessário lutar contra o desinteresse. Em democracia a vigilância dos cidadãos é fundamental. É necessário cultivar uma consciência crítica, capaz de compreender a realidade e de intervir nela de forma activa conduzindo à transformação.

Mas quantos cidadãos estão dispostos a isso? Muito poucos.

Já criticar é fácil. Mas não a crítica fundamentada no estudo e no conhecimento das matérias, essa é muito aborrecida e pouco popular. Denegrir e desancar tem mais adeptos, principalmente quando se trata dos “outros políticos”, os que não são dos

“nossos”, os que estão longe “lá no governo”, os que julgamos na “mó de baixo” e “nada têm para nos dar”.

Quando se trata de criticar os políticos mais próximos, aqueles que tem poder e influência directa na vivência diária da comunidade local, ganha-se contenção e perde-se coragem. E, então, sobre políticos no exercício do poder: silêncio absoluto, cumplicidade e conveniência. «É melhor não fazer ondas», «posso precisar», «não quero chatices» e pior «deixa lá, ilegalidades sempre houve» são expressões que se ouvem e que mostram bem o estado da nossa democracia.

A liberdade de expressão mais que um direito é um dever. Os cidadãos não devem vassalagem aos políticos. A democracia assenta na transparência, equidade e a justiça e cabe aos cidadãos exigir o seu cumprimento e respeito.

A nossa inacção permite que o parentesco, o compadrio e a filiação partidária continuem a substituir a competência e a qualificação na obtenção de empregos em organismos públicos, secretarias e autarquias.

O nosso silêncio consente o lançamento de concursos

públicos com requisitos tão específicos e tão à medida, que logo de início se percebe a quem será adjudicada a obra ou o serviço.

Com a nossa benevolência há empresas de construção que ganham a quase totalidade das obras públicas de uma legislatura e fazem nos acreditar que é legítimo haver empresas do regime.

O “não fazer ondas” possibilita que erros e responsabilidades pessoais (legais e financeiras) dos autarcas administradores de Empresas Municipais sejam assumidos pela autarquia, alijando responsabilidades e violando o princípio jurídico de impedimento legal, e escamoteando a lei que proíbe o titular de um órgão autárquico de intervir e decidir em assunto em que tenha interesse pessoal directo ou indirecto na sua forma de resolução.

O conformismo facilita a violação de regulamentos municipais de atribuição de lotes industriais colocando interesses particulares à frente dos interesses da autarquia e do bem comum, como se o benefício ilícito de alguns não fosse um saque aos interesses e aos direitos de todos.

O “não incomodar” propicia que

se considere normal que políticos e ex-políticos ocupem lugares de topo em empresas públicas e privadas, a troco de favores, promovendo o tráfico de influências e a promiscuidade entre a política e a economia.

A passividade dá crédito ao uso e abuso do ajuste directo como forma preferencial de contratação, alimentando clientelas e compadrios.

As generalizações são sempre injustas e em política se revestidas de populismo e demagogia podem ser letais para o sistema democrático. Claro que há bons exemplos. Há quem exerça a atividade política com determinação colocando-se ao serviço do bem comum, sem receio de confrontar os interesses instalados mas, infelizmente não são a maioria e não tem o apoio e a força necessária para fazer a diferença.

A transformação terá que emergir da intervenção dos cidadãos. A nossa geração tem a obrigação de deixar o seu esforço verdadeiro na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Todos têm o direito, o dever e o poder de lutar, este é um verdadeiro imperativo pessoal de coerência e integridade.

Luís Gonçalves
Psicólogo clínico e psicoterapeuta

BULLYING

poder sobre a vítima indefesa e que se apresenta como “diferente” dos restantes colegas. Por exemplo, pode ser mais baixo, com mais peso, usar óculos, ser de outra etnia ou nacionalidade, ter alguma limitação física ou cognitiva, ser tímido, ser muito protegido pelos pais, ter gostos diferentes da norma no seu ambiente ou, do mesmo modo, vestir-se de forma diferente dos restantes ou fazer parte de outro estrato socioeconómico. Existem também casos em que o bullying ocorre dentro da própria casa da vítima, deixando-a ainda mais isolada e sem rede de suporte. Este fenómeno tem como objectivo humilhar, assustar, magoar e intimidar a vítima, fazendo sobressair o agressor em termos de poder ou status social dentro do ambiente onde esta vive. Com o decorrer dos anos, o bullying tem aumentado nas suas formas de apresentação: físico (agredir, roubar ou estragar objetos/roupa), verbal (criticar, chamar nomes, ameaçar ou troçar), sexual (comentários negativos e até homofóbicos sobre a sexualidade da

vítima e que podem chegar ao forçar de atividades de carácter sexual), social (espalhar boatos, criar mentiras ou piadas negativas, afastar de trabalhos de grupo ou outras tarefas grupais como as desportivas e culturais) e cyberbullying (forma mais recente e que inclui assediar, criar boatos, perseguir ou difamar através de sms, mms, e-mails, chats, fóruns, websites ou em redes sociais).

Devido ao impacto extremamente negativo deste tipo de agressões, a pessoa poderá começar a sentir manifestações cognitivas, emocionais, fisiológicas e comportamentais específicas e intensas. Assim, poderá pensar que “não tem valor”, que “não é boa o suficiente”, que “ninguém vai gostar de si e que vai ficar sozinha” ou até ideias de por termo à própria vida, apenas para dar alguns exemplos. Emocionalmente poderá sentir profunda tristeza, medo, vergonha, culpa, raiva ou nojo (ambas podem ser em direcção ao agressor e/ou contra si próprio). E porque as emoções são e muito sentidas no corpo, a vítima poderá manifestar pertur-

bações do sono e gastrointestinais, alimentares e de autoimagem, dores de cabeça, entre muitas outras. Em termos de comportamentos propriamente ditos, existe a tendência para o isolamento, consumo de substâncias, automutilação, comportamentos obsessivo-compulsivos, agressividade, impulsividade e outras formas de baixo controlo de impulsos.

No essencial, a ansiedade resultante da pessoa estar num contexto onde não quer estar (e para o qual não encontra soluções ou saídas, muito pelo medo de represálias) aumenta de forma gradual e pode redundar em depressão. A prática psicoterapêutica diária diz-nos igualmente que esta forma de abuso em etapas precoces contribui, não raramente, para o aparecimento de formas mais severas e inflexíveis de funcionamento patológico, as perturbações de personalidade e que constituem “fracturas” no sistema psicológico. Em resumo, estas alteram a percepção da pessoa de si próprio, dos outros e do mundo que a rodeia.

Na Psinove intervimos a nível clínico permitindo a reparação dos danos emocionais causados pelo bullying da mesma forma que criamos, juntamente com o paciente, uma rede de suporte social, familiar ou escolar com vista ao aumento das necessidades de segurança, previsibilidade e segurança do jovem. O psicólogo surge assim como um elo de ligação entre os vários intervenientes do sistema de vida do paciente, zelando pela sua defesa e protecção e, em casos de grande gravidade, articulando com entidades legais e forças de segurança.

O bullying é, sem sombra de dúvida, um reflexo da sociedade que vamos tendo e com efeitos que podem durar a vida toda. É importante prevenir e, quando necessário, intervir de forma rápida para que o jovem possa prosseguir a sua vida. E a sua liberdade.

Luís Gonçalves
Psicólogo clínico e psicoterapeuta
luis.goncalves@psinove.com
www.psinove.com

Tem-se verificado uma crescente discussão em torno deste termo, muito fruto do aumento da tensão social e dos casos de vítimas deste tipo de abuso. Na realidade, cada vez mais pessoas procuram a ajuda dum psicólogo para lidar com os seus efeitos. O bullying é então a prática de actos violentos repetidos no tempo entre jovens tendencialmente com algo em comum como a idade, a escola, a zona de residência, clube ou outros. Este tipo de violência física ou verbal tende a deixar marcas físicas e psicológicas de longa duração. O agressor costuma ser mais forte, numeroso ou detém mais

Aceda ao jornal online em:

www.obaluararte.net



Siga-nos no
facebook